

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: a Província do Pará Class.: 23

Data: 04.12.83 Pg.: \_\_\_\_\_

# Cals nega envolvimento no garimpo Kay

BRASÍLIA — O ministro César Cals, das Minas e Energia, divulgou ontem nota oficial em que esclarece que "agiu dentro da lei vigente e considera o artigo publicado "no jornal O Estado de São Paulo acusando-o de ter pressionado a Funai para que desse permissão para que o genro do presidente do CNP explorasse ouro em terras indígenas, "quando pouco uma leviandade".

Cals afirma que o Departamento Nacional de Produção Mineral, Dnrm, recebeu somente em setembro de 1982, mapas da Funai confirmando que as lavras em questão eram em terras indígenas e afirma que um deles foi retificado, eliminando-se a possível interferência com reserva indígena e os outros dois foram cancelados.

A Funai quer retirar os 1.750 homens que estão minerando ouro dentro da reserva dos índios Kayapó e não pretende permitir novas invasões. O genro do presidente do CNP, José Lino Cypriano, teria feito um contrato particular com o cacique kayapó, Pombo, e passou a minerar dentro da reserva sem autorização da Funai.

Esta é a íntegra da nota de Cals:

"De acordo com o código de mineração, o órgão é obrigado a consultar as autoridades a que estão jurisdicionadas as áreas requeridas para pesquisa ou lavra. O Decreto nº 65.202, de 22 de setembro de 1969, em seu artigo 3, reza que a Funai encaminhará, no prazo de 60 dias, ao Departamento Nacional da Produção Mineral, o levantamento cartográfico das áreas presumivelmente habitadas por silvícolas.

O parágrafo 2 daquele artigo afirma que, "findo prazo de 60 (sessenta) dias sem que a Funai cumpra a determinação deste artigo, nenhuma responsabilidade caberá ao Dnrm pelo eventual parecer favorável ao pedido de autorização ou de concessão, com desatendimento às disposições do presente decreto".

À época da tramitação dos pedidos de pesquisa nºs. 803.886/78, 803.884/78 e 803.888/78 (parcialmente inseridos na atualmente definida reserva kayapó), a Funai não havia fornecido qualquer mapa que indicasse serem as áreas pleiteadas parte de reserva indígena ou terra presumivelmente habitada por silvícolas. Tal situação autorizava o Ministério das Minas e Energia, nos termos do parágrafo 2 já mencionado, a autorizar a pesquisa e assim foi feito.

Como após a autorização de pesquisa a Funai interpusse obstáculos à sua execução, o MME, em respeito aos preceitos do código de mineração e fiel à política de dinamização das pesquisas minerais, consultou e reiterou a consulta ao Ministério do Interior, como de resto o faz rotineiramente nas áreas jurisdicionadas à Cnen, Emfa, Dnos, etc.

Com a vigência da portaria interministerial 006, de 15/01/81, a Funai, através de carta nº 101/Dgpi, ratificada pelo ofício nº 956/82/pres/pj, de 12/08/82, negou anuência à Stannun Empreendimentos Minerais Ltda para a realização de pesquisas minerais nas áreas assunto dos processos já mencionados.

O mapa que indicava serem as áreas autorizadas para pesquisa parte da reserva Kayapó somente chegou ao Dnrm em setembro de 1982 e, embora tivesse chegado somente naquele mês, através de conhecimento prévio, o Dnrm, já em agosto daquele ano, determinara a retificação do alvará referente ao processo 803.888/78, eliminando a possível interferência com a reserva indígena. O alvará de pesquisa relativo ao processo 803.886/78 teve seu pedido de prorrogação denegado. O alvará de pesquisa referente ao processo 803.884/78 teve seu prazo vencido em 21/11/82. Assim, o Ministério das Minas e Energia agiu estritamente dentro da lei vigente e considera o artigo publicado, quando pouco uma leviandade". (ANDA)

## José Lino Cypriano prestes a conseguir alvará definitivo

BRASÍLIA — O genro do presidente do Conselho Nacional do Petróleo, CNP, José Lino Cypriano, confirmou ontem que está prestes a conseguir alvará definitivo para "uma das maiores jazidas de ouro do Brasil", localizada em uma área que a Funai afirma estarem dentro da reserva indígena dos Kayapós, no Pará. Ele disse que existem interesse em sua descoberta e afirma que está perto da vitória, pois o governo deverá reconhecer brevemente seus direitos de lavra no local.

José Lino Cypriano é geólogo e tem uma atividade intensa na área de mineração. Ele fundou em 1975, enquanto era funcionário do CNP, a empresa Stannun Empreendimentos Minerais Ltda que comprou vários alvarás de pesquisa e passou a explorá-los através de um acordo com a Shelita — Serviços de Mineração que hoje ele controla.

Ele confirmou que o ex-sertanista da Funai, Alcebiades Carvalho Santos, que chefiou uma operação de comando na reserva para expulsar mais de 800 garimpeiros da área, era efetivamente seu empregado mas afirmou ser "totalmente caluniosa" a menção de envolvimento do ministro das Minas e Energia, César Cals, do secretário geral do MME, Arnaldo Barbalho, e de seu sogro, Oziel Almeida Costa, presidente do CNP, por terem favorecido os interesses da Stannun, chegando até a pressionar a Funai para que ela aceitasse a exploração em terra indígena. (ANDA)